



# **LULA PRESIDENTE**

**Programa Setorial de Segurança Alimentar  
2007 / 2010**





# **LULA PRESIDENTE**

---

**Programa Setorial de Segurança Alimentar  
2007 / 2010**

## Sumário

---

Apresentação

- I. Balanço do Governo Lula
- II. Metas e Diretrizes para a Segurança Alimentar e Nutricional
- III. Principais Ações para 2007 - 2010

## APRESENTAÇÃO

**A** Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Com o governo Lula forja-se o embrião de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir da colocação em marcha das propostas estabelecidas pelo Fome Zero. O tema foi colocado como grande prioridade de governo, sob a ótica da construção participativa da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, com implantação simultânea e imediata de uma série de programas e de ações inovadoras voltados para o acesso à alimentação e associados a ações estruturantes.

O patamar, hoje alcançado, foi resultado de uma longa trajetória de mobilização e acúmulo da própria sociedade brasileira. Esse debate, naquele primeiro momento, tinha como base uma concepção fundamentada na complementaridade entre as políticas agrícola, agrária e de segurança alimentar. Contribuiu para o fortalecimento do tema como política pública, o surgimento das primeiras gestões municipais de cunho democrático e popular, ao fomentar programas de

combate à fome e abastecimento alimentar no âmbito municipal.

Em 2003, o Presidente Lula lança o desafio de erradicar a fome no país, propõe o “Programa Fome Zero” e como sua primeira ação recria o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), com dois terços de representação da sociedade civil e um terço do setor governamental. Cria também o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA-, que posteriormente foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nesse processo foi dada a institucionalidade necessária para o desenvolvimento de mais de 30 programas e ações instituindo-se toda uma agenda de políticas públicas que hoje perspassa o Plano Plurianual 2004-2007 e a atuação dos mais diversos Ministérios e Secretarias.

## BALANÇO DO GOVERNO LULA

**O** governo federal vem atuando em quatro níveis com o objetivo de favorecer a viabilização de um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, com controle social e financiamento público:

a) Produção de marcos e institutos legais (leis, decretos, resoluções).

b) Reformulação das estruturas administrativas de Estado (criação do MESA, MDS, SNAES, CONSEA).

c) Destinação ampliada de recursos orçamentários e financeiros para ações estratégicas de promoção de segurança alimentar e nutricional, no âmbito do Fome Zero.

d) Construção participativa da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, através do CONSEA e da transferência de recursos financeiros para entes federativos e organizações da sociedade civil implementarem ações e programas descentralizados, pressupondo pacto federativo e co-financiamento de políticas públicas.

Com a aprovação da LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional -, pelo Congresso Nacional coroa-se um processo de participação popular que teve origem na convocação da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em março de 2004 em Olinda e que contou com a presença de 1.150 representantes. A preparação da proposta de lei foi detalhada pelo CONSEA e prevê a criação de um Sistema Integrado de Segurança Alimentar e Nutricional que está em debate e deverá ser implantado a partir das diretrizes que serão definidas na III Conferência a ser realizada em 2007.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

O governo implantou e fortaleceu um conjunto de programas de ações públicas organizadas em cinco eixos de ação:

- 1- Ampliação do acesso aos alimentos.
- 2- Fortalecimento da agricultura familiar.
- 3- Abastecimento e comercialização.
- 4- Geração de trabalho e renda.
- 5- Articulação, mobilização e participação social.

### Eixo 1: Ampliação do Acesso aos Alimentos

#### Alimentação escolar

Após dez anos sem reajuste, uma das primeiras ações do governo foi aumentar os recursos destinados à alimentação escolar. Desde 2003, foram feitos três reajustes no valor per capita/dia do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O ganho acumulado com o reajuste foi de 69% para os alunos do Ensino Fundamental e 266% para a Pré-Escola, totalizando um orçamento em 2006 de R\$ 1,5 bilhão, beneficiando mais de 37 milhões de crianças. Além disso, foi criado o Programa de Alimentação Escolar Indígena – PNAEI -, e Quilombolas, e instituído pela primeira vez a alimentação escolar para as creches públicas e filantrópicas.

## **Transferência de renda: Bolsa-Família**

O Bolsa-Família atende, atualmente, a 11,1 milhões de famílias em 100% dos municípios brasileiros, atingindo a quase totalidade da meta de atendimento de todas as famílias com renda per capita abaixo de R\$ 120,00. Os recursos para o programa passaram de R\$ 2,27 bilhões em 2002, para R\$ 8,3 bilhões em 2006. Uma pesquisa realizada no final de 2005 revelou que 62% dos adultos e 94% das crianças que participam do programa fazem três ou mais refeições todos os dias.

## **Salário Mínimo e preço dos alimentos**

Dois outros fatores têm contribuído significativamente para a maior capacidade de acesso aos alimentos, pela população mais pobre. O primeiro deles foi o aumento real do salário mínimo, de 26% entre 2003 e 2006. Outro fator foi a queda no índice de desemprego, que caiu 13,7 % em três anos e meio de governo.

## **Acesso à água – cisternas**

Segurança Alimentar e Nutricional também se traduz pelo acesso à água, nesse sentido o governo, em parceria com entidades da sociedade civil, investiu na construção de 156

mil cisternas, atendendo, até julho de 2006, a 530 mil pessoas, na região do semi-árido.

## **Saúde e Nutrição**

Na área de saúde e nutrição, houve avanços em diversos projetos:

- a) Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional foi incrementado, atingindo 1.050 municípios e foram implantados projetos de capacitação e disseminação de práticas visando a alimentação saudável.
- b) Aquisição de equipamentos antropométricos para viabilizar as ações da vigilância nutricional.
- c) Ampliou-se o controle das carências por micronutrientes, a suplementação de Vitamina “A” atendendo 3,9 milhões de crianças na região do semi-árido e foi lançado o Programa Nacional de Suplementação de Ferro, que hoje cobre 40% das crianças e gestantes.
- d) A tabela brasileira de composição de alimentos – TACO -, foi reformulada.
- e) Em 2005 foi lançado o Guia Alimentar para a População Brasileira, incluindo as primeiras diretrizes alimentares oficiais em relação à definição de parâmetros nacionais sobre alimentação saudável.
- f) Foi publicado o Caderno de Atenção Básica que aborda o aspecto da prevenção e tratamento da obesidade, um instrumento

importante para a atuação das Equipes de Saúde da Família.

g) Foram adequados os parâmetros calóricos das refeições de acordo com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira no Programa de Alimentação do Trabalhador.

h) Entre 2003 e 2005 foram apoiados mais de 100 projetos de extensão universitária e disponibilizadas tecnologias sociais para inclusão social e para a segurança alimentar e nutricional.

## **Eixo 2: Fortalecimento da Agricultura Familiar**

As políticas para agricultura familiar se inserem dentro da política de segurança alimentar e nutricional, através da geração de trabalho e renda, da preocupação com a produção de alimentos e a colocação desses produtos no mercado, bem como com as condições de permanência das famílias no campo.

## **Ampliação do PRONAF**

No Governo Lula o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF -, triplicou o valor de investimento na safra 2005/2006, em relação à safra 2002/2003 e foram incluídos mais de 900 mil agricultores, com o aumento do número

de contratos de 904 mil para 1,8 milhão.

O PRONAF teve aumento em todas as regiões do País, especialmente no Nordeste e Norte, regiões que antes tinham baixa participação, e foi implantado um conjunto de novas linhas: jovens, mulheres, quota-parte de cooperativas, ecologia, e semi-árido. Conservação e manejo da agroecologia

O Governo Federal desenvolveu diferentes ações buscando fortalecer experiências locais voltadas à conservação e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar. Foi criado o Programa de Agroecologia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e os Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Através do PAA foram implantados diferentes mecanismos de apoio à comercialização e fortalecimento da produção agroecológica e ao agroextrativismo sustentável e foi resgatada e melhorada a disseminação de sementes de cultivares locais, tradicionais e crioulas.

## **Reforma Agrária de Qualidade.**

O Plano Nacional de Reforma Agrária assentou 260 mil novas famílias em mais de 22 milhões de hectares de terra de 2003 a junho de 2006. A reforma agrária vem sendo implan-

tada não apenas através da distribuição de terras, mas a partir de um processo orientado por estudos de viabilidade econômica, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e integração ao desenvolvimento territorial.

Em junho de 2006 já temos 479 mil famílias assentadas e recebendo assistência técnica, 315 mil famílias atendidas pelo sistema de crédito para instalações e habitação e 516 mil famílias beneficiadas com a melhoria da infra-estrutura - estradas, abastecimento de água e projetos de desenvolvimento dos assentamentos.

Implantação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos pelo Governo Lula permitiu integrar apoio à comercialização da agricultura familiar, formação de estoques estratégicos e atendimento a populações em situação de risco alimentar.

Entre 2003 e 2005 foram aplicados R\$ 735 milhões, beneficiando 239 mil famílias de agricultores. Aproximadamente 7,5 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar foram beneficiadas através do recebimento dos produtos comprados pelo programa.

Uma modalidade do PAA - o PAA-Leite -, foi implementado no semi-árido, beneficiando

19,1 mil produtores com a compra do leite, que foi distribuído para 651,6 mil famílias da região.

### **Eixo 3: Políticas de comercialização e abastecimento alimentar**

Uma marca importante do Governo Lula foi o resgate do papel do poder público na implementação de políticas visando garantir a qualidade e regularidade do abastecimento agroalimentar. Destacamos aqui o esforço de recuperação do papel da CONAB, que fortaleceu a Companhia e está sendo importante na execução de ações e programas fundamentais para a política de SAN. Destacamos, entre outros:

- a. O reajuste dos preços mínimos.
- b. A reconstituição da rede pública de armazenamento
- c. A recomposição dos estoques públicos de alimentos.
- d. O fortalecimento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).
- e. O atendimento emergencial a populações em situação de risco alimentar;
- f. A execução de diferentes programas e ações visando promover o uso sustentável da biodiversidade agrícola e alimentar para estimular processos de incorporação de tecnologias agroecológicas.
- g. A criação do Prohort, programa de modernização dos mercados atacadistas, que

objetiva a integração de dados e revitalização de todas as CEASAS brasileiras.

A implantação de instrumentos públicos que facilitam o acesso à alimentação de qualidade a populações em risco alimentar foi um esforço que o Governo realizou em parceria com estados e municípios. Por meio de convênios, foram repassados recursos do governo federal para ampliar a rede de restaurantes populares em 11 estados; para a implantação de cozinhas comunitárias em 17 estados; e bancos de alimentos em 12 estados. Além disso, foi subsidiada a implantação de 1.368 hortas comunitárias.

### **Eixo 4: Políticas de geração de trabalho e renda**

O Governo Lula criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária e institucionalizou mecanismos de fomento ao microcrédito. Por meio deste sistema foram repassados cerca de R\$ 21 bilhões, beneficiando quase 28 milhões de operações de microcrédito popular entre 2003 e junho de 2006.

A política de crédito do governo federal fortaleceu o associativismo no país e produziu os seguintes resultados:

- Aumentou o número de associados às cooperativas em 43,3%.
- O volume de

depósitos teve crescimento de 75,4%.

- Os empréstimos subiram 74,7%.

- O patrimônio líquido das cooperativas cresceu 72,4% nesses três anos e meio de governo.

### **Eixo 5: Articulação, mobilização e participação social**

A luta contra a fome, traduzida no programa Fome Zero, teve como uma das estratégias articular e potencializar os esforços que a sociedade civil já vinha realizando. Essa ação se traduziu na organização do “TALHER – Rede de Educação Cidadã” -, no projeto “Escolas Irmãs” e na “Mobilização Empresarial”. Através dessa articulação foram realizados vários projetos e parcerias com os movimentos sociais, ONGs, Pastoris de várias confissões religiosas, escolas, Universidades e empresas privadas.

### **APOIO INTERNACIONAL**

O combate à fome e a superação da pobreza tem sido, também, um dos temas centrais da agenda internacional do Governo Lula, motivando todo um processo de renovação do debate sobre o desenvolvimento e tendo o Fome Zero como exemplo para a implantação de políticas similares em outros países.

A Declaração de Nova York sobre a Ação Contra a Fome e a Pobreza, assinada por

111 países, foi um dos resultados desse processo e do esforço que vem sendo desenvolvido pela diplomacia brasileira em torno do tema.

O Governo também produziu e disseminou internacionalmente, um documento contendo propostas com mecanismos inovadores para financiamento da redução da fome e da pobreza.

O Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo Lula obteve forte apoio da FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação -. A proposição do Brasil impulsionou a iniciativa da “América Latina y Caribe sin Hambre 2025”, que foi adotada como prioridade para a região na 29a. Conferência da FAO em Caracas.

### Avanços

Ao colocar no centro do debate das suas políticas públicas o combate à fome – manifestação mais trágica da insegurança alimentar –, o Governo Lula prestou uma inestimável contribuição à luta pela garantia deste direito fundamental que é a alimentação adequada.

Os avanços mais significativos, dentre muitos, são resultado da implementação e/ou potencialização de alguns programas, que se constituem em sólida base para uma Política Nacional de SAN que está sendo construí-

da. É imprescindível destacar:

- O Programa Bolsa Família.
- A novidade do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).
- A ampliação do Programa de Alimentação Escolar.
- As parcerias para a construção de cisternas.
- A ampliação de recursos e a introdução de novas modalidades do PRONAF, bem como a retomada do debate sobre a política de abastecimento alimentar.

Destaca-se ainda a importância dedicada à participação da sociedade civil, a partir da criação do CONSEA. Nesta linha, um dos grandes avanços do período foi a criação dos requisitos institucionais para formulação e implementação de uma política nacional de SAN com participação e controle social, concretizada com a aprovação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional.

A inclusão do Indicador de Segurança Alimentar na última pesquisa da PNAD representou um avanço importante para o monitoramento e melhor avaliação e planejamento das ações públicas.

Os indicadores sociais apresentaram significativas melhoras já nos primeiros anos do Governo Lula. Em 2004 a desigualdade de renda apresentou o menor valor desde 1984. E, de 2003 para 2004 o ritmo de diminui-

ção da desigualdade duplicou, em razão da maior geração de emprego, do aumento dos salários e das transferências de renda. Além disso, entre 2002 e 2004, 3,2 milhões de pessoas deixaram a linha de pobreza.

Na área de nutrição, houve sensível diminuição das internações por desnutrição grave em todas as regiões do país, com redução média de 37,8% de 2002 a 2005.

Para 73% das famílias que recebem o Bolsa Família houve melhoria da variedade de alimentos consumidos. E, para 59% houve aumento do consumo de alimentos. Entre as crianças, 94% já fazem mais de três refeições por dia.

### Desafios

Em um país de desigualdades históricas, a conquista da Segurança Alimentar e Nutricional – entendida em sua amplitude –, é uma meta de longo prazo. Não obstante os avanços alcançados em quatro anos, a insegurança alimentar e nutricional ainda aflige um contingente considerável da população brasileira. Combater de forma determinante as causas da insegurança alimentar pressupõe reorientações profundas na matriz de desenvolvimento e ações públicas amplas e coordenadas. Não há portas mágicas e soluções fáceis para sair deste ciclo secular de ex-

clusão. Há desafios múltiplos e exigentes. Para um segundo mandato, destacamos os desafios:

a. Fortalecer a promoção do desenvolvimento nacional de forma sustentável e inclusiva, combinando o crescimento econômico com a preservação ambiental e a redução das desigualdades.

b. Desenvolver uma Política Nacional de Abastecimento, com base no enfoque de SAN, para incidir sobre os altos níveis de concentração que hoje caracterizam a produção, o processamento e a distribuição de alimentos no país. Devemos estimular a oferta organizada da produção oriunda da agricultura familiar, fortalecer as condições de inserção ao mercado dos pequenos varejistas e potencializar e estruturar circuitos locais e regionais de abastecimento.

c. Fortalecer as estratégias de geração de trabalho e renda por meio de ações de desenvolvimento local e empreendimentos de economia solidária.

d. Promover a intersetorialidade das ações e políticas públicas por meio de programas integrados e ações articuladas entre o Estado e a sociedade civil. Fortalecer a cooperação e a sociedade civil. Fortalecer a cooperação entre as esferas de governo e sistemas descentralizados articulados ao sistema nacional de SAN.

e. Conjuguar as medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada com ações que ampliem a autonomização

e emancipação da população e promovam a qualidade de vida.

f. Promover alimentação saudável e adequada baseada em um sistema de diagnóstico e monitoramento continuado, educação para o consumo e atendimento das especificidades com valorização da cultura local.

## **Metas e Diretrizes para a Segurança Alimentar e Nutricional**

Frente a estes desafios, apresentamos as seguintes metas/diretrizes, baseadas nos cinco eixos de atuação e em ações institucionais:

### **Eixo 1: Ampliação do Acesso aos Alimentos**

Diretriz 1) Continuar avançando na erradicação da fome, aprimorando os programas que ampliam o acesso à alimentação dos mais pobres, integrando-os a um conjunto de programas e ações estruturantes, tais como: a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades rurais, os programas de trabalho e renda, a educação alimentar e o estímulo à agroecologia.

Diretriz 2) Consolidar as transferências de renda por meio do Programa Bolsa Família integrando-o cada vez mais com outros pro-

gramas e ações na área de SAN.

Diretriz 3) Continuar ampliando e valorizando o Programa de Alimentação Escolar.

Diretriz 4) Ampliar e consolidar mecanismos de compras governamentais da agricultura familiar destinadas ao abastecimento alimentar de entidades sociais, escolas públicas e população vulnerável à fome, como o que vem sendo desenvolvido pelo Programa de Aquisição de Alimentos.

Diretriz 5) Estimular e consolidar a rede pública descentralizada de SAN com financiamento de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, entre outros.

Diretriz 6) Fortalecer as ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição no âmbito do SUS e em outras esferas de promoção de SAN.

### **Eixo 2: Fortalecimento da Agricultura Familiar**

Diretriz 7) Promover o fortalecimento da agricultura familiar e a incorporação da segurança alimentar e nutricional na política internacional.

Diretriz 8) Ampliar o Programa de Aquisi-

ção de Alimentos como ação estruturante de segurança alimentar, nutricional e de abastecimento e incorporar, por meio de instrumentos específicos (como a compra antecipada da produção), as comunidades tradicionais e demais grupos do PRONAF.

### **Eixo 3: Políticas de comercialização e abastecimento alimentar**

Diretriz 9) Implementar uma Política Nacional de Abastecimento, que atue sobre as condições de produção e acesso aos alimentos, combinando ações em diferentes níveis (nacional, regional e local).

Diretriz 10) Fortalecer a Política de Garantia de Preços Mínimos, sob uma perspectiva de abastecimento e segurança alimentar, com especial ênfase na agricultura familiar.

Eixo 4: Políticas de geração de trabalho e renda

Diretriz 11) Priorizar as famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda e demais programas de SAN para integração com as políticas de geração de trabalho e renda e economia solidária implementadas pelos governos federal, estaduais e municipais.

### **Eixo 5: Articulação, mobilização e participação social**

Diretriz 12) Continuar a construção da Política Nacional de SAN com ampla participação social e regida pelo princípio do direito de todos a uma alimentação suficiente, adequada e saudável, por meio de políticas públicas, valorizando e estimulando as iniciativas da sociedade civil.

Diretriz 13) Implementar estratégias de comunicação e formação em SAN, Direito Humano à Alimentação Adequada e LOSAN.

### **Diretrizes Institucionais**

Diretriz 14) Incorporar o tema da segurança alimentar e nutricional como princípio orientador da formulação e implementação de políticas intersetoriais. A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN -, deve ser compreendida como um eixo estratégico de desenvolvimento que promove a sustentabilidade e a igualdade no país.

Diretriz 15) Ampliar a organização e fortalecimento dos mecanismos institucionais de garantia do cumprimento do Direito Humano À Alimentação Adequada – DHAA -.



# Principais ações para 2007-2010

## EIXO 1: AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS ALIMENTOS

1) Continuar avançando na erradicação da fome, aprimorando os programas que ampliam o acesso à alimentação dos mais pobres, integrando-os a um conjunto de programas e ações estruturantes, como a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades rurais, os programas de trabalho e renda, a educação alimentar e o estímulo à agroecologia.

### Ação

- Estabelecer sistema de planejamento e gestão conjunto dos programas elencados como prioritários para a SAN, com recorte territorial.

2) Consolidar as transferências de renda por meio do Programa Bolsa Família, integrando-o cada vez mais aos outros programas e ações na área de SAN.

### Ações

- Reajustar o benefício do Bolsa Família.
- Integrar o Bolsa Família às ações de gera-

ção de Trabalho e Renda.

- Ampliar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), consolidando a rede de proteção social às famílias beneficiárias do Bolsa Família e integrando-os às outras ações de SAN.

3) Ampliar e valorizar o programa de alimentação escolar

### Ações

- Priorizar mecanismos institucionais que facilitem a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

- Reajustar o recurso para alimentação escolar repassado aos municípios e estados, de acordo com as necessidades do programa.

4) Ampliar e consolidar mecanismos de compras governamentais da agricultura familiar.

### Ação

- Introduzir novos mecanismos que fortaleçam e dêem continuidade ao programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

- Estimular a compra direta da agricultura familiar para o abastecimento alimentar de entidades sociais e outros programas de assistência alimentar e nutricional.

5) Estimular e consolidar a rede pública descentralizada de SAN com financiamento de restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e outros.

### Ações

- Prosseguir financiando a implantação de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos para Municípios e Estados.

- Capacitar gestores públicos em políticas de segurança alimentar e nutricional.

6) Fortalecer as ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição no âmbito do SUS e em outras esferas de promoção de SAN.

### Ações

- Fortalecer o SISVAN.

- Formular e implementar um Programa Nacional para Alimentação Saudável e Adequada, de forma intersetorial.

- Fomentar a criação das “Comissões Intersetoriais de Alimentação e Nutrição” nos estados, dentro dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e CONSEAS.

- Promover alimentação saudável e adequada, baseada em um sistema de diagnóstico e monitoramento continuado. Desenvolver processo de educação alimentar e para o consumo e atendimento das especificidades,

com a valorização das culturas locais.

- Implementar ações de educação alimentar e nutricional em todos os programas federais (PAA, Bolsa Família, Restaurantes Populares, CRAS, Hortas, Alimentação Escolar, PAT, etc.).

- Realizar campanhas de educação alimentar nas escolas públicas, especialmente nas beneficiadas pelo PAA.

- Implementar um Sistema Nacional de Monitoramento da SAN e do Direito Humano À Alimentação Adequada, com coordenação supra-setorial e participação social.

- Regulamentar a propaganda de alimento e adequá-la aos parâmetros de uma alimentação saudável e adequada.

## EIXO 2: FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

7) Promover o fortalecimento da agricultura familiar e a incorporação da segurança alimentar e nutricional na política internacional.

### Ações

- Trabalhar em coordenação com os países em desenvolvimento nos diferentes fóruns internacionais.

- Nas negociações internacionais de comércio – tanto no nível bilateral, quanto no plurilateral e multilateral –, garantir a pre-

servação das políticas nacionais de desenvolvimento rural e a proteção dos produtos de segurança alimentar, por meio de salvaguardas e da adequação da Tarifa Externa Comum.

- Elaborar plano de segurança alimentar do MERCOSUL, priorizando a complementaridade produtiva e evitando a concorrência predatória.

- Trabalhar pelo fim dos subsídios à exportação dos países desenvolvidos e preservar o tratamento especial e diferenciado para as políticas de desenvolvimento rural e segurança alimentar dos países em desenvolvimento dentro das negociações multilaterais.

8) Ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos como ação estruturante de segurança alimentar, nutricional e abastecimento.

### Ações

- Implantar mecanismo específico, dirigido a acampados, quilombolas, moradores de fundo de pasto, comunidades indígenas, atingidos por barragens e comunidades tradicionais em geral, que integrem ações de assistência técnica e compra antecipada da produção agrícola e extrativista, tendo como referência um enfoque baseado em princípios de agroecologia.
- Ampliar os recursos orçamentários e fi-

nanceiros do programa, assegurando um patamar mínimo equivalente a 10% dos recursos destinado às operações oficiais de crédito de custeio e investimento, no âmbito PRONAF.

- Assegurar a efetiva participação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE -, na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, assentamentos da Reforma Agrária, pescadores artesanais, agroextrativistas, entre outros grupos enquadrados no PRONAF.

- Fortalecer os mecanismos de apoio à comercialização sustentável de produtos da agrobiodiversidade através do mercado institucional no PAA.

- Promover a conservação e uso sustentável da biodiversidade agrícola e alimentar.

- Promover, através de mecanismos de aquisição adaptados às características específicas, a compra da produção do público do PRONAF, para abastecer o mercado institucional (hospitais, restaurantes universitários, quartéis, etc.).

- Criar uma linha de apoio a projetos integrados de comercialização sustentável dos produtos da Biodiversidade, assegurando a aplicação de recursos a fundo perdido, para pequenos investimentos, incluindo a capacitação e assistência técnica às associações e cooperativas de agricultores familiares no âmbito do PAA.

## EIXO 3: POLÍTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

9) Implementar uma Política Nacional de Abastecimento

### Ações

- Constituir um programa de apoio à estruturação de uma rede de pequenos varejistas, visando o atendimento à população de baixa renda, particularmente ao público atendido pelo Programa Bolsa Família, como uma ação complementar à política de gestão de estoques.

- Consolidar e fortalecer o PROHORT (Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro).

- Criar mecanismos institucionais para que os municípios e estados adquiram alimentos da agricultura familiar, com prioridade para o consumo das instituições municipais e estaduais.

- Fortalecer a Política de Gestão de Estoques Governamentais por meio de mecanismos que permitam que os estoques públicos sejam carreados para um número maior de compradores, servindo como elemento propulsor para empreendimentos de pequeno porte.

- Criar uma linha de apoio à estruturação

de circuitos locais e regionais de abastecimento em articulação preferencial com a política de desenvolvimento dos territórios e nas médias e grandes cidades, contemplando:

- A – Estímulo às feiras do produtor, cooperativas de produção e consumo e demais formas de comercialização direta.

- B – Instalação de equipamentos públicos como pequenos mercados, sacolões e etc.

- C – Apoio às redes solidárias de cooperação agrícola.

- Fortalecer e ampliar os programas de agricultura urbana.

10) Fortalecer a Política de Garantia de Preços Mínimos.

### Ações

- Assegurar a destinação de parte dos recursos da PGPM ao público do PRONAF, garantindo a transferência de renda e a sustentação de preços, por meio da aquisição da sua produção a preços superiores aos preços mínimos.

- Criar um fundo específico no âmbito da CONAB para realizar uma efetiva intervenção de apoio à comercialização por meio da garantia e sustentação dos preços dos produtores agrícolas.



## EIXO 4: POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

11) Priorizar as famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda e demais programas de SAN, para integração com as políticas de geração de trabalho e renda e economia solidária implementadas pelos governos federal, estaduais e municipais.

### Ações

- Implementar programas de desenvolvimento territorial sustentável, promovendo organizações econômicas, cooperativas, associativas, comunitárias, de geração de trabalho e renda, na perspectiva da economia solidária, estimulando o comércio e o consumo local.
- Expandir a criação de Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar, principalmente nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, para coordenar e articular as ações regionais de SAN e estimular a geração de trabalho e renda.

## EIXO 5: ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

12) Continuar a construção da Política Nacional de SAN com ampla participa-

ção social

### Ações

- Debater a Política nacional no âmbito do CONSEA e das instâncias de governo.
  - Realizar a III Conferência Nacional de SAN com apresentação da proposta de Política Nacional.
  - Criar condições para avançar na mobilização da sociedade.
  - Fortalecer o processo de educação cidadã, criando condições para formular, controlar e avaliar a execução das políticas públicas na área de SAN e em temas como direitos e cidadania, democracia e participação popular.
  - Formar redes de informação e articulação entre os diversos setores da sociedade civil, para que sejam sujeitos na elaboração e formulação das Políticas Públicas.
- 13) Implementar estratégias de comunicação e formação em SAN, Direito Humano à Alimentação Adequada e LOSAN.

### Ações

- Programar campanhas institucionais de mídia sobre SAN e DHAA.
- Estabelecer parcerias para realizar cursos de formação e capacitação em SAN e DHAA junto aos gestores dos programas públicos.

• Implementar sistema de capacitação em DHAA junto aos CONSEAs estaduais e municipais, demais conselhos municipais e estaduais e organizações da sociedade civil.

## DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

14) Incorporar o tema da segurança alimentar e nutricional como princípio orientador da formulação e implementação de políticas intersetoriais.

### Ação

- Implantar a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.

15) Ampliar a organização e fortalecimento dos mecanismos institucionais de garantia do cumprimento do Direito Humano À Alimentação Adequada – DHAA.

### Ações

- Estimular a criação de CONSEAs municipais e fortalecer os existentes.
- Estabelecer mecanismos de encaminhamento de denúncias e soluções para o não cumprimento do DHAA.

• Implantar o SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, previsto na LOSAN para otimizar recursos orçamentários, aumentar a sinergia e atingir uma melhor eficiência na gestão dos programas.

• Implantar a Câmara Interministerial - composta por ministros de estado das principais pastas relacionadas com as políticas de SAN -, e a coordenação intersetorial da política de SAN que deverá ter um orçamento comum, conforme previsto na Lei da LOSAN.

**Comissão Temática de Segurança Alimentar**

Marlene da Rocha (Secretária Executiva)

Adriana Aranha

Maya Takagi

Onaur Ruano

Walter Belik

**Equipe de Apoio**

Bruno Gaspar

Cilene Antonioli

**Coordenação do Programa de Governo**

Marco Aurélio Garcia (Coordenador)

Dilermando Toni

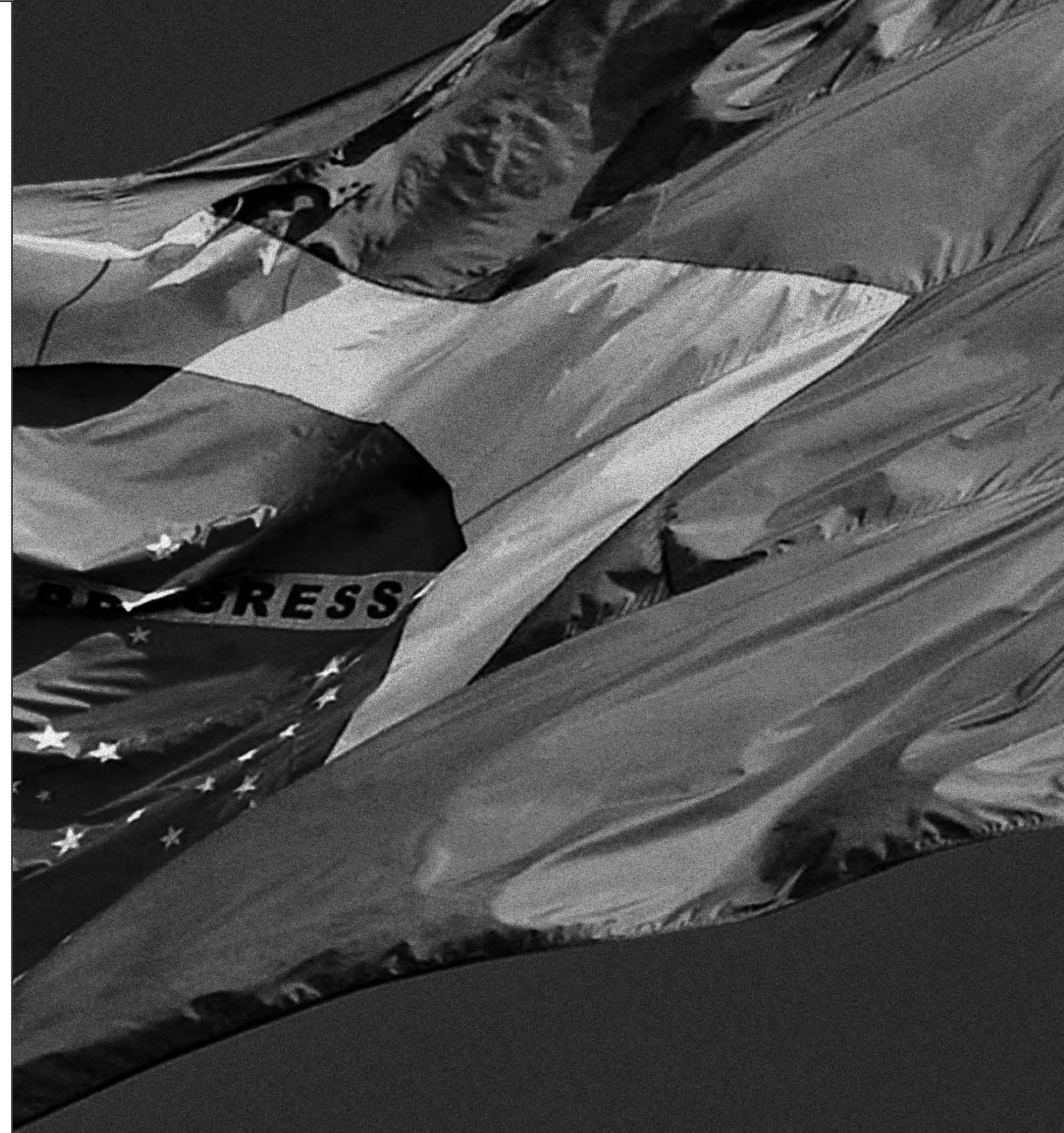
Glauber Piva

Juarez Guimarães

Miriam Belchior

Renato Rabello

Valter Pomar



VICE JOSÉ ALENCAR • COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO • PT • PCdoB • PRB



# LULA

DE NOVO COM A FORÇA DO POVO